

ANEXO I – A1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 1º. da LC nº 101/2000)

LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1.000,00

Especificação	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (b)	Valor Constante (*)	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (*)	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (*)	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	18.809.555	18.091.515	15,84	19.621.332	18.137.721	15,21	20.754.101	18.386.942	14,77
Receitas Não-Financeiras (I)	18.093.966	17.403.243	15,24	19.332.861	17.871.062	14,99	20.266.637	17.955.077	14,43
Despesa Total	18.809.555	18.091.515	15,84	19.621.332	18.137.721	15,21	20.754.101	18.386.942	14,77
Despesas Não-Financeiras (II)	16.751.564	16.112.086	14,11	17.797.489	16.451.783	13,80	19.197.233	17.007.646	13,67
Resultado Primário (I - II)	1.342.402	1.291.157	1,13	1.535.372	1.419.279	1,19	1.069.404	947.431	0,76
Resultado Nominal	(694.991)	(668.460)	0,59	(656.918)	(994.523)	0,51	(459.492)	(779.525)	0,33
Dívida Pública Consolidada	10.962.767	10.544.272	9,23	10.330.890	9.549.749	8,01	9.899.315	8.770.225	7,05
Dívida Consolidada Líquida	10.344.476	9.949.584	8,71	9.687.558	8.955.061	7,51	9.228.066	8.175.537	6,57

Fonte: SEPLAN

(*) Preços médios esperados 2007 com base na projeção do IGP-DI

ANEXO I – A2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 1º. da LC nº 101/2000)

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2007 a 2010
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2007	9.635.780	1.998.374	11.634.154	594.688	11.039.466
2008	8.817.493	2.145.274	10.962.767	618.291	10.344.476
2009	8.171.485	2.159.405	10.330.890	643.332	9.687.558
2010	7.778.616	2.120.699	9.899.315	671.249	9.228.066

Fonte: SEFAZ/ SAF/DEPAT/GEPUB

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2007 a 2010
(a preços médios esperados 2007) *

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2007	9.635.780	1.998.374	11.634.154	594.688	11.039.466
2008	8.480.892	2.063.380	10.544.272	594.688	9.949.584
2009	7.553.622	1.996.128	9.549.749	594.688	8.955.061
2010	6.891.407	1.878.818	8.770.225	594.688	8.175.537

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

* - Corrigida pelo ID-Ba, índice de atualização específico da dívida da Bahia, que leva em consideração o IGP-DI, a taxa de juros e dólar

ANEXO I – B
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso I da LC nº 101/2000)

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2006

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu Artigo 4º, § 2º, Inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2006 foram originalmente estabelecidas através da Lei n.º 9.586, de 14 de julho de 2005 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária – Lei n.º 9.842, de 27 de dezembro de 2005 – a incorporar ajustes nas metas fiscais.

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir:

Resultado Fiscal

O resultado primário, no exercício de 2006, foi de R\$ 1.192.858 mil, 24,97% superior à meta fixada na LDO que foi de R\$ 954.482 mil, e ficou 46,77% acima da previsão atualizada de R\$ 812.760 mil. Este comportamento foi decorrente do bom desempenho das receitas correntes, que permitiu a cobertura integral das despesas correntes e, ainda, gerou um excedente para o financiamento de parte das despesas de capital. As receitas correntes alcançaram um total de R\$ 15.469.205 mil contra uma despesa corrente de R\$ 13.658.719 mil, resultando num superávit corrente de R\$ 1.810.486 mil.

Metas Fiscais

Exercício de 2006

R\$ 1.000,00

Descrição	Previsão Atualizada	Realizado	% de Realização
Receitas Fiscais	16.298.294	15.386.219	(5,60)
Despesas Fiscais	15.485.534	14.193.361	(8,34)
Resultado Primário	812.760	1.192.858	46,77
Resultado Nominal	247.515	(431.886)	(274,49)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

A meta do resultado nominal indicava que a dívida consolidada líquida poderia aumentar em até R\$ 247.515 mil. No exercício de 2006, o resultado nominal demonstra que houve uma redução do estoque da dívida fiscal líquida no montante de R\$ 431.886 mil.

Receita Total

A arrecadação total do Estado atingiu o montante de R\$ 15.946.449 mil que, comparado ao valor previsto de R\$ 17.159.602 mil, correspondeu a 92,93% do estimado no ano. As receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, alcançaram o valor de R\$ 15.469.205 mil, correspondendo a 95,38% do valor orçado atualizado.

Execução Orçamentária da Receita
Exercício de 2006

R\$ 1.000,00

Receitas	Previsão atualizada anual (a)	Realizado (b)	R\$ 1.000,00 % Realização (b/a)
Receitas Correntes	16.217.667	15.469.205	95,38
Receita Tributária	8.876.522	8.618.823	97,10
<i>ICMS</i>	<i>8.111.106</i>	<i>7.691.673</i>	<i>94,83</i>
<i>Outras Tributárias</i>	<i>765.416</i>	<i>927.150</i>	<i>121,13</i>
Receita de Contribuições	1.819.288	1.821.759	100,14
Receita Patrimonial	135.065	183.149	135,60
Receita Agropecuária	1.635	24	1,45
Receita Industrial	100	-	0,00
Receita de Serviços	93.205	67.244	72,15
Transferências Correntes	5.571.367	5.310.940	95,33
<i>FPE</i>	<i>3.225.896</i>	<i>3.277.642</i>	<i>101,60</i>
<i>Transferências. Multigovernamentais - Fundef</i>	<i>476.465</i>	<i>444.996</i>	<i>93,40</i>
<i>Outras Transferências</i>	<i>1.869.006</i>	<i>1.588.302</i>	<i>84,98</i>
Outras Receitas Correntes	1.137.546	843.297	74,13
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.376.031)	97,10
Receitas de Capital	941.934	477.243	50,67
Operações de Crédito	698.573	385.865	55,24
Alienação de Bens	43.539	15.021	34,50
Amortização de Empréstimos	6.751	2.466	36,53
Transferências de Capital	189.832	73.850	38,90
Outras Receitas de Capital	3.240	43	1,32
Total	17.159.602	15.946.449	92,93

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

Com desempenho destacado, as receitas tributárias em 2006 chegaram a R\$ 8.618.823 mil, 97,10% em relação ao valor previsto de R\$ 8.876.522 mil. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$ 7.691.673 mil, equivalente a 94,83% do valor orçado para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receitas do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado de 95,33% do previsto. Pode-se destacar, dentro das transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, com uma realização total de R\$ 3.277.642 mil, situando-se 1,60% acima da previsão orçamentária.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$ 477.243 mil, equivalentes a 50,67% do previsto, destacam-se as operações de crédito, com realização de R\$ 385.865 mil, correspondendo a 55,24% do esperado.

Despesa Total

A despesa realizada em 2006 totalizou R\$ 15.853.588 mil, correspondendo a 92,39% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As despesas correntes representaram

86,16% e as despesas de capital 13,84% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 95,40% do previsto. A realização mais baixa das despesas de capital foi influenciada pela rubrica Investimento, cujas dotações são mais dependentes da obtenção de receitas vinculadas, como por exemplo, operações de crédito e convênios.

Balço Orçamentário da Despesa Exercício de 2006

R\$ 1.000,00

Despesas	Previsão atualizada anual (a)	Realizado (b)	% Realização (b/a)
Despesas Correntes	14.317.869	13.658.719	95,40
Pessoal e Encargos	7.422.456	7.321.067	98,63
Juros e Encargos da Dívida	604.856	594.463	98,28
Outras Despesas Correntes	6.290.557	5.743.189	91,30
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	<i>2.364.036</i>	<i>2.287.269</i>	<i>96,75</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>3.926.521</i>	<i>3.455.920</i>	<i>88,01</i>
Despesas de Capital	2.841.679	2.194.869	77,24
Investimentos	1.677.796	1.046.320	62,36
Inversões Financeiras	94.676	82.785	87,44
Amortização da Dívida	1.069.207	1.065.764	99,68
Reserva de Contingência	54	-	-
Total	17.159.602	15.853.588	92,39

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2006, o montante de R\$ 7.321.067 mil, correspondendo a 98,63% do valor orçado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra a relação do gasto de pessoal por Poder relativamente à Receita Corrente Líquida, com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos os Poderes cumpriram seus limites.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida Exercício de 2006

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo	42,33	46,17	48,60
Legislativo	2,28	3,23	3,40
Judiciário	5,60	5,70	6,00
Ministério Público	1,78	1,90	2,00
Total	51,99	57,00	60,00

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DICOP

Dívida Pública

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2006 registrou um montante de R\$ 12.197.437 mil, sendo R\$ 10.314.524 mil referentes à dívida interna e R\$ 1.882.913 mil referentes à dívida externa.

Dívida Consolidada

R\$ 1.000,00		
Tipo	Valor	%
Interna	10.314.524	84,56
Externa	1.882.913	15,44
Total	12.197.437	100,00

Fonte: SICOF

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 1,02 em 2006. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL, conforme os dados em 31.12.2006:

Posição da Dívida Pública

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	1,02 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	3,40%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	1,14%

Fonte: SEFAZ / DICOP / Relatórios de Gestão Fiscal

A análise do resultado fiscal relativo ao exercício de 2006 demonstra o cumprimento das metas de gestão fiscal.

ANEXO I – C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso II da LC nº 101/2000)

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1.000,00

Especificação	Valores a Preços correntes					
	2005	2006	2007*	2008	2009	2010
Receita Total	14.446.993	15.946.449	17.275.257	18.809.555	19.621.332	20.754.101
Receitas Primárias (I)	13.786.740	15.386.218	16.437.657	18.093.966	19.332.861	20.266.637
Despesa Total	14.348.143	15.853.588	17.275.257	18.809.555	19.621.332	20.754.101
Despesas Primárias (II)	12.890.572	14.193.361	15.524.854	16.751.564	17.797.489	19.197.233
Resultado Primário (I - II)	896.168	1.192.858	912.803	1.342.402	1.535.372	1.069.404
Resultado Nominal	(830.036)	(431.886)	164.087	(1.436.099)	(656.918)	(459.492)
Dívida Pública Consolidada	12.493.074	12.197.437	11.780.575	10.962.767	10.330.890	9.899.315
Dívida Consolidada Líquida	12.048.374	11.616.488	11.780.575	10.344.476	9.687.558	9.228.066

Especificação	Valores a Preços Constantes					
	2005	2006	2007*	2008	2009	2010
Receita Total	15.365.942	16.672.193	17.275.257	18.091.515	18.137.721	18.386.942
Receitas Primárias (I)	14.663.691	16.086.465	16.437.657	17.403.243	17.871.062	17.955.077
Despesa Total	15.260.804	16.575.106	17.275.257	18.091.515	18.137.721	18.386.942
Despesas Primárias (II)	13.710.519	14.839.320	15.524.854	16.112.086	16.451.783	17.007.646
Resultado Primário (I - II)	953.172	1.247.147	912.803	1.291.157	1.419.279	947.431
Resultado Nominal	(882.833)	(669.581)	(364.595)	(1.830.991)	(994.523)	(779.525)
Dívida Pública Consolidada	13.287.737	12.752.559	11.780.575	10.544.272	9.549.749	8.770.225
Dívida Consolidada Líquida	12.814.751	12.145.170	11.780.575	9.949.584	8.955.061	8.175.537

Fonte: SEPLAN / SEFAZ

* Orçado Inicial

As metas fiscais previstas para o período 2008-2010 encontram-se demonstradas nos Anexos I-A1, cujos cálculos foram desenvolvidos conforme a descrição abaixo.

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2008-2010

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2008 a 2010, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para o triênio 2008-2010, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União,

a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I - Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2002 a 2006, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como, lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de correlação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2007, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores. Caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente.
- f) verificação dos números realizados até o primeiro bimestre de 2007, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2008-2010.

II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento. Para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas no Projeto de LDO/2008 da União (Tabela 1).

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2008-2010, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), projetado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (Tabela 1).

Tabela 1
LDO 2008
Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetro	2008	2009	2010
IGP-DI	3,97	4,05	4,34
PIB - Ba	4,50	4,40	4,40
PIB - Br	5,00	5,00	5,00

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram incluídas no Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Esses valores informados, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica. Este mesmo procedimento foi adotado para as receitas próprias das entidades da Administração indireta.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2008-2010, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçado do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos corrigida, dentre outros.

ANEXO I – D
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso III da LC nº 101/2000)

Evolução do Patrimônio Líquido (preços correntes)

R\$ 1.000,00

Saldo Patrimonial	2003	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾
		(1.459.965)	(704.224)	(25.664.780)

Demonstrativo da Receita com Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

R\$ 1.000,00

Descrição	2003	2004	2005	2006
Receita de Capital (I)	4.846	7.193	245.447	15.021
Alienação de Ativos	4.846	7.193	245.447	15.021
<i>Alienação de Bens Móveis</i>	<i>1.253</i>	<i>309</i>	<i>241.473</i>	<i>4.099</i>
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	<i>3.593</i>	<i>6.884</i>	<i>3.974</i>	<i>10.922</i>
Despesa de Capital (II)	2.949	3.038	7.674	255.517
Investimentos	2.949	3.038	7.674	7.928
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	247.589
Demais Despesas (III)	-	24	1.202-	-
Saldo Financeiro a aplicar (I-II-III)	1.897	4.131	237.653	(240.496)

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DICOP

Nota: (1) a partir de 2005, por exigência das Portarias nº 470/04 e nº 564/04 da STN, o Estado passou a contabilizar os valores referentes ao Passivo Atuarial do Funprev e a Provisão para a Perda com a Dívida Ativa.

ANEXO I – E
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso IV da LC nº 101/2000)

O pagamento das pensões, aposentadorias, salário-família dos funcionários aposentados e auxílio-reclusão devida aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas é feito pelo Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev, criado pela Lei n.º 7.249 de 07 de janeiro de 1998, alterada pelas Leis n.º 7.437/1999, n.º 7.593/2000, n.º 7.943/2001, n.º 8.535/2002, n.º 9.003/2004 e n.º 9.444/2005, com participação contributiva do Estado da Bahia como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

A contribuição dos servidores ativos, a partir do exercício de 2004, passou a ser de 12% calculada sobre o valor bruto da remuneração do mês. A contribuição patronal do Estado em 2004 foi de 15% e, a partir de Janeiro de 2005 passou, por força da Lei nº 9.444/2005, a ser de 24% do valor bruto da folha de pagamentos dos servidores ativos.

No quadro abaixo estão demonstradas as receitas e despesas do Funprev executadas durante o exercício de 2006, os valores orçados para 2007 e a estimativa para o exercício de 2008.

Funprev – Receitas e Despesas

Exercício Receita / despesa	2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Previdenciárias	458.180	28,44	558.337	28,64	590.476	27,42
<i>Contribuições dos Servidores</i>	437.246	27,14	538.944	27,65	570.340	26,49
<i>Compensação Financeira</i>	20.934	1,30	19.393	0,99	20.136	0,94
Receitas Intra-Orçamentárias	807.171	50,11	990.359	50,08	1.010.842	46,95
<i>Contribuição Patronal</i>	807.171	50,11	990.359	50,08	1.010.842	46,95
Receita Patrimonial	1.338	0,08	600	0,03	1.200	0,06
Outras Receitas Correntes	344.124	21,36	400.200	20,53	550.543	25,57
<i>Repasses do Tesouro Estadual</i>	343.918	21,35	400.000	20,52	550.243	25,56
<i>Outras</i>	206	0,01	200	0,01	300	0,01
Receita de Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total das Receitas	1.610.813	100,00	1.949.496	100,00	2.153.061	100,00
Despesas Previdenciárias	1.629.114	100,00	1.949.496	100,00	2.153.061	100,00
<i>Administração Geral</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<i>Inativos e Pensionistas</i>	1.629.114	100,00	1.949.496	100,00	2.153.061	100,00
Total das Despesas	1.629.114	100,00	1.949.496	100,00	2.153.061	100,00
Resultado Previdenciário	18.301		0		0	

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2006, Execução Orçamentária e Orçamentos 2007 e Estimativas 2008.

A contribuição patronal e dos servidores foram as principais fontes de financiamento do Funprev e representaram 77,25% das receitas em 2006. Nos exercícios seguintes passarão a 77,73% em 2007 e 73,44% em 2008.

Os repasses do tesouro para cobertura dos déficits, em contrapartida, representaram 21,35% em 2006 e passarão a 20,52% em 2007 e 25,56% em 2008.

A participação do Estado no financiamento da previdência para os exercícios de 2007 e 2008, seja com a contribuição patronal ou com repasses do Tesouro, montarão em 70,60% e 72,51%, respectivamente. A contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas ainda mantêm-se com uma participação relativamente baixa, em torno de 28%, para o financiamento do sistema, apesar de uma alíquota de contribuição considerada elevada.

Deve-se notar ainda, que, a totalidade da despesa do Funprev é com o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que os custos administrativos são consignados no orçamento da Secretaria da Fazenda.

Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial é um estudo técnico baseado em levantamento de dados estatísticos em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência. O exercício se fundamenta na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 30 (trinta) anos. Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de turn-over, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro, indexador do sistema atuarial etc. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes. As suas expressões são as seguintes:

Provisão Matemática de Benefícios Posição em 31 / 07 / 2006

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	82.127	121.204.942	17.486.212
Aposentadorias	64.350	98.042.213	14.314.444
Pensão por morte	17.777	23.162.729	3.171.768
Benefícios a conceder	139.032	264.207	14.540.821
Aposentadorias e Pensões	139.032	264.207	14.540.821
Total do passivo atuarial			32.027.034

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder.

O Funprev apresenta a seguinte situação, na posição de 31 / 07 / 2006:

R\$ 1.000,00	
Item	Valor
Fundo de Previdência	11.724
Compensação Financeira a Receber	3.005.044
Provisão Matemática	32.027.034
Déficit Técnico Total	29.010.265

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

A reserva matemática representa o montante de recursos necessários para manutenção dos benefícios aos níveis atuais de contribuição. Diante da existência de déficit técnico, a sua cobertura deverá ser feita ao longo do tempo, através das contribuições dos participantes e patronais e por aportes adicionais do Tesouro, em valores crescentes, o que já vem ocorrendo, conforme demonstrado no quadro Receita/Despesa acima, sob o título de “Repasses do Tesouro Estadual”.

ANEXO I – F1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso V da LC nº 101/2000)

Previsão da Renúncia da Receita

R\$ 1.000,00

Programa	2008	2009	2010	Região
Calçado e Cerâmica	45.000	47.250	49.613	Todo o Estado
Informática	156.000	163.800	171.990	Região Sul e RMS
FazBahia	25.287	26.552	27.879	Todo o Estado
Proauto	608.895	639.340	671.307	RMS
Procobre	85.315	89.580	94.059	RMS
PROALBA	16.140	16.947	17.794	Centro-Oeste
Desenvolve	369.117	458.915	573.644	Todo o Estado
Outros	18.456	22.946	28.682	Todo o Estado
Total	1.324.211	1.465.330	1.634.969	

Fonte: SEFAZ

Notas:

1. O cálculo teve como parâmetro a renúncia fiscal do 3º quadrimestre de 2006;
2. Em relação ao Desenvolve considerou-se a média de renúncia de projetos com base no 3º quadrimestre de 2006 e a partir deste dado estimou-se um crescimento do número de projetos por faixa de renúncia;
3. O item "outros" corresponde a 5% do total da renúncia do Desenvolve, com base na representatividade deste item no último quadrimestre de 2006;
4. Na planilha discriminamos o cálculo por programa, com base nas empresas beneficiadas;
5. A projeção para o Desenvolve foi feita com base nas informações de novos projetos que poderiam já impactar em 2007 (multiplicou-se a renúncia média por empresa vezes o número de novos entrantes, inclusive empresas anteriores à LRF);
6. Para os demais programas estimou-se um incremento de 5% a partir de 2008;
7. Ao contrário do adotado na elaboração da LDO dos exercícios anteriores, foi considerado também o efeito da renúncia de receita de benefícios contraídos em períodos anteriores à edição da LRF.

ANEXO I – F2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
METAS ANUAIS
2008

(Art. 4º, § 2º. Inciso V da LC nº 101/2000)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

R\$ 1.000,00

Evento	Valor Previsto 2008
Aumento Permanente da Receita	430.932
<i>(-) Aumento referente a transferências constitucionais</i>	<i>108.859</i>
<i>(-) Aumento referente a transferências do Fundeb</i>	<i>53.978</i>
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	268.095
Margem Bruta (II) = (I)	268.095
Saldo Utilizado da Margem Bruta (III)	266.849
<i>Impacto de Novas DOCC</i>	<i>16.065</i>
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>	<i>250.784</i>
Margem Líquida de Expansão de DOCC (IV) = (II) - (III)	1.246

Fonte: SEPLAN / SAEB

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2008, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Para essa apuração foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB/Ba, 4,5%, e como expectativa de inflação média, 3,97%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$ 268,1 milhões.

Considerando R\$ 250,8 milhões como impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$ 16,1 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$ 1,2 milhão, conforme demonstrado no quadro acima.